

# **ANEXO XVIII**

**RELATÓRIO 17ª SUBSEÇÃO DE  
SERRA**



Faça uma busca...

 (27) 3232-5600

[Home](#) [Institucional](#) [Cidadão](#) [ESA](#) [Eventos](#) [Transparência](#) [Normas](#) [Anuidade](#) [Fale Conosco](#)

## SUBSEÇÕES

---



**Alegre**  
**Aracruz**  
**Barra de São Francisco**  
**Cachoeiro de Itapemirim**  
**Cariacica**  
**Castelo**  
**Colatina**  
**Guaçuí**  
**Guarapari**  
**Ibiraçu**  
**Itapemirim**  
**Iúna**  
**Linhares**  
**Nova Venécia**  
**São Mateus**  
**Serra**

Municípios que fazem parte dessa subseção:

Serra

**Vila Velha**

**Vitória**

## 17ª Subseção da Serra

**Ítalo Scaramussa Luz**

Presidente

**Vice-Presidente**

Josias Marques de Azevedo

**Secretário Geral**

Savio Ronuloo Pimentel Amorim

**Secretária Adjunta**

Dione De Nadai

**Tesoureira**

Patrícia Rodrigues Araújo



OF. 010/2017

Serra, 14 de fevereiro de 2017.

Ao: Exmo. Senhor Presidente do Conselho Seccional da OAB-ES.

**Dr. Homero Junger Mafra**

A **17ª Subseção da OAB-ES**, por seu Presidente **Ítalo Scaramussa Luz**, considerando a anunciada Inspeção da Corregedoria do CNJ no Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, vem por meio deste encaminhar as demandas da Advocacia referentes ao Juízo de Serra – Comarca da Capital do ES, rogando que as mesmas sejam direcionadas ao Exmo. Senhor Ministro Corregedor.

A primeira demanda diz respeito à falta de condições físicas e estruturais das unidades judiciárias que servem ao Juízo de Serra. O prédio principal e os anexos não possuem alvará de funcionamento nem do Corpo de Bombeiros, conforme atesta o próprio Tribunal de Justiça em Ofício anexo. As unidades não garantem acessibilidade desobedecendo à Resolução 114/2010 do CNJ.

Tamanha a falta de estrutura que as caixas de arquivos estão sendo depositadas nos corredores do Fórum. Os cartórios não comportam o volume de processos impondo aos Serventuários condições adversas de trabalho.

A Unidade onde funcionam os Juizados Especiais não oferecem qualquer conforto aos usuários, a sala onde funciona a central de queixas é um cubículo onde o jurisdicionado se aperta para tentar ser atendido, esperando por longas horas.

O Fórum não comporta todas as serventias, que se encontram espalhadas por vários prédios cujo aluguel é pago pelo Poder Executivo Municipal, o que convenhamos não é aceitável.

A segunda grande demanda do Juízo de Serra diz respeito ao número insuficiente de servidores, não bastasse a desproporção entre o número de processos e o do de servidores, grande parte destes estão à disposição do Tribunal na 2ª Instância ou no Juízo de Vitória, há casos até mesmo de cessão ao município de Vitória. A atividade cartorária está com colapso, só não é pior porque o Município de Serra paga cerca de 90 estagiários que exercem função de Analistas, sem ter o treinamento para tal.

*Av. Getúlio Vargas, nº 140, Ed. Luimila, sala 08, Centro, Serra/ES*  
*Cep: 29.176-090 – Tel. (27) 3251-3391*  
*serra@oabes.org.br*



A falta de servidores culmina com o acúmulo de petições para juntada, demora na publicação de listas de imprensa, cumprimento de mandados, emissão de alvarás, enfim, torna extremamente morosa a entrega da prestação jurisdicional.

Situações que também preocupam e que não aparecem nos relatórios enviados ao CNJ, diz respeito ao andamento de processos. Algumas Serventias visando não impactar as metas de despacho e decisões, criam andamentos tipo “aguardando conclusão” de maneira que não entrem no acervo do gabinete, mas que ficam meses em cartório sem movimentação. O mesmo ocorre com despachos desnecessários só para que o feito não impacte na meta.

Alguns Cartórios dizem estar seguindo a nova sistemática da ordem cronológica para o andamento dos processos, todavia, não dão publicidade à lista de processos contendo tal ordem. Na verdade a suposta ordem não existe e se torna mais uma forma de mascarar a morosidade, servindo de desculpas para a não realização do ato no momento solicitado pelo advogado ou parte.

Prioridades legais na tramitação dos feitos não são obedecidas na maioria das serventias.

Finalmente a séria suspeita de favorecimento pessoal na nomeação de advogados dativos em algumas Varas. Onde advogados são nomeados em sequencia, muitas das vezes sequer realizam o ato presencialmente. A Subseção envia anualmente aos Juízes listagem de advogados interessados pedindo que os mesmos sejam nomeados em rodízio, todavia, alguns magistrados ignoram a recomendação, acabando por ferir o princípio da impessoalidade e da moralidade.

Estas, Senhor Presidente, são as questões que mais afligem à advocacia e à sociedade serrana.

Atenciosamente,



**ÍTALO SCARAMUSSA LUZ**  
**PRÉSIDENTE DA 17ª SUBSEÇÃO**



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
DIRETORIA DO FÓRUM DE SERRA

Serra/ES, 08 de Julho de 2016

Ofício (SJ-Serra) nº 636/2016

Ilustríssimo Sr. Presidente da 17ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil,  
**Dr. Ítalo Scaramussa Luz,**

Em resposta ao OF. 145/2016, sirvo-me do presente, para encaminhar manifestação da Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Manutenção de Equipamentos do Egrégio Tribunal de Justiça, acerca das instalações físicas dos imóveis utilizados pelo Poder Judiciário nesta Comarca.

Atenciosamente,

**Alexandre Farina Lopes**  
**Juiz de Direito - Diretor do Fórum de Serra**

  
**Alexandre Farina Lopes**  
Juiz de Direito  
Diretor do Fórum de Serra

SECRETARIA DO FORUM

SERRA - ES

Protocolo em 08/06/16

SECRETARIA



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
SEÇÃO DO ESPÍRITO SANTO  
17ª SUBSEÇÃO - SERRA

05/07/2016  
15:16

TJES  
2016.00.937.379

HJBORLOT

OF. 145/2016

Serra, 08 de junho de 2016

EXMO. SR. DR. ALEXANDRE FARINA LOPES  
MM Juiz de Direito - Diretor do Fórum de Serra/ES

DESPACHO

R.H. Notifique-se a Secretaria de Engenharia e Gestão Predial do E. TJES para prestar informações em 72 horas. Serra-ES, 08/06/2016.

Alexandre Farina Lopes  
Juiz de Direito - Diretor do Fórum de Serra/ES

Senhor Diretor, é visível a falta de condições estruturais do edifício de Serra e da unidade que abriga os Juizados Especiais Cíveis. Observa-se ainda a falta de instalações elétricas, sobretudo, de aparelho de ar condicionado que, aparentemente não fora dos padrões técnicos exigidos. Tal situação nos causa extrema preocupação haja vista que é de conhecimento público que o prédio do Foro desde a sua inauguração sempre apresentou problemas de ordem elétrica.

Desta feita requero a V.Exa. que informe a esta Subseção se referidas instalações elétricas foram alvo de projeto devidamente aprovado pelas autoridades competentes, se a unidades judiciárias do Foro da Serra possuem alvará de funcionamento e do corpo de bombeiros.

Ao mesmo tempo solicito informar se as instalações físicas obedecem ao disposto na Resolução 114/2010, do CNJ.

Cordialmente,

ITALO SCARAMUSSA LUZ  
PRESIDENTE





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Manutenção de Equipamentos**

**DESPACHO**

Vitória, 06 de julho de 2016.

**Protocolo n.º 2016.00.937.379**

À Coordenadoria de Projetos,

Para as devidas providências. \_

Atenciosamente,

**Wagner Oliveira Marques**

Secretário de Engenharia, Gestão Predial e  
Manutenção de Equipamentos



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Manutenção de Equipamentos**

Vitória, 07 de julho de 2016.

**Protocolo:** 2016.00.937.379

**Assunto:** Resposta ao OF.145/2016 OAB.

Ilustríssimo Juiz Diretor do Foro,

Trata-se do Ofício 145/2016 encaminhado pela OAB, solicitando informações a respeito das instalações físicas dos imóveis utilizados para abrigar as unidades judiciárias da Comarca da Serra.

Informamos antes de tudo que todos os imóveis utilizados pelo PJES para abrigar as unidades judiciárias desta Comarca são cedidos pelo Município da Serra, ficando sob a responsabilidade da mesma a conferência de todos os documentos relativos aos imóveis, dentre eles os documentos de aprovação nos respectivos órgãos.

Diante do exposto, informamos que nem a Secretaria de Engenharia e nem a Seção de Patrimônio da Secretaria de Infraestrutura, responsável pela gestão documental desses imóveis, possuem tais registros de aprovação, ou outro documento qualquer, que não seja o termo de cessão do imóvel quando existente.

De qualquer forma, entramos em contato com o setor de aprovação de projetos da Prefeitura Municipal da Serra para verificar a existência da aprovação de tais projetos e fomos orientados a entrar em contato com os respectivos proprietários, pois eles são os únicos que podem possuir tal documento, já que na Prefeitura não existe cópia ou registro das aprovações concedidas.

Como se tratam de imóveis cedidos pelo Município da Serra e não possuímos os contatos dos proprietários, não conseguimos tais informações.

Quanto à aprovação do Corpo de Bombeiros, informamos que também não foi possível checar a existência de tais documentos. Todavia, dos quatro imóveis ocupados pelo PJES para abrigar as unidades judiciárias da Comarca da Serra,



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Manutenção de Equipamentos**

apenas o imóvel ocupado pela Sede necessita aprovação no Corpo de Bombeiros. Os demais estão isentos da aprovação por serem menores que 900m<sup>2</sup> e por não possuírem mais que três pavimentos.

Sobre as instalações físicas, é de conhecimento de todos os problemas que a administração deste Egrégio Tribunal de Justiça vem enfrentando em função das condições ruins de infraestrutura de vários edifícios que abrigam as unidades judiciárias de diversas comarcas pelo estado.


As construções em questão são antigas e, com o passar do tempo, com o crescimento do quadro de servidores e a necessidade do uso de tecnologia, fizeram com que a estrutura original dos prédios e suas instalações se tornassem insuficientes para a demanda.

Em razão desse crescimento, hoje as edificações apresentam, entre outras, sérias deficiências relativas a instalações elétricas, funcionalidade, acessibilidade, além de inadequada setorização e articulação de espaços, não atendendo dessa forma as recomendações da Resolução 114/2010 do CNJ.

Diante das informações, encaminhamos o expediente para ciência e providências que entender cabíveis.

Respeitosamente,

  
**Arq. Raffaella Lage Cardinelli Oliveira**  
Coordenadora de Projetos  
SECRENG / TJES

  
**Eng. Wagner Oliveira Marques**  
Secretário de Engenharia, Gestão Predial  
e Manutenção de Equipamentos



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
DIRETORIA DO FÓRUM DE SERRA

Recebido em  
17/02/2017  
às 14:02 hs.

ELIZABETE DIAS FERREIRA  
17ª SUBSEÇÃO  
GABINETE  
RIP Natália

Serra/ES, 15 de Fevereiro de 2017

Ofício (SJ-Serra) nº 90/2017

Ilustríssimo Sr. Presidente da 17ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil,  
**Dr. Ítalo Scaramussa Luz,**

Em resposta ao OF. 001/2017, sirvo-me do presente, para  
informar o quantitativo de serventuários por Unidade Judiciária, bem como o seu  
acervo de processo, nos termos solicitados.

Atenciosamente,

**Alexandre Farina Lopes**  
Juiz de Direito - Diretor do Foro



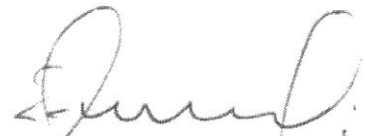
OF. 001/2017

Serra, 18 de janeiro de 2017

EXMO. SR. DR. ALEXANDRE FARINA LOPES  
MM Juiz de Direito – Diretor do Fórum de Serra/ES

A Ordem dos Advogados do Brasil por meio da 17ª Subseção de Serra visando o aprimoramento da prestação jurisdicional, vem por meio deste solicitar que seja informado, o número de serventuários e números de processos ativos da Justiça do Juízo de Serra.

Cordialmente,

  
**ÍTALO SCARAMUSSA LUZ**  
**PRESIDENTE**

SECRETARIA DO FORUM  
SERRA - ES  
Recebi em 20/01/17  
Quimara  
SECRETARIA

Av. Getúlio Vargas, nº 140, Ed. Luimila, sala 08, Centro, Serra/ES  
Cep: 29.176-090 – Tel. (27) 3251-3391  
serra@oabes.org.br



**Poder Judiciário**  
**Estado do Espírito Santo**  
**DIRETORIA DO FORO DA SERRA**

**LISTAGEM DE PESSOAL POR SETOR DE CADA UNIDADE JUDICIÁRIA**

UNIDADE JUDICIÁRIA	1ª VARA DE FAMÍLIA DO JUÍZO DE SERRA	
	QUANTITATIVO POR SETOR DE CADA UNIDADE	
NOME DO SETOR	Nºs servidores	Nºs estagiários
Gabinete do juiz	01	-
Assessoria	01	-
Sala de audiências		04
Cartório	03	04
<b>TOTAL DE PESSOAL</b>	<b>14</b>	
<b>ACERVO</b>	<b>3337 processos</b>	

UNIDADE JUDICIÁRIA	2ª VARA DE FAMÍLIA DO JUÍZO DE SERRA	
	QUANTITATIVO POR SETOR DE CADA UNIDADE	
NOME DO SETOR	Nºs servidores	Nºs estagiários
Gabinete do juiz	01	01
Assessoria	01	02
Sala de audiências	01	01
Cartório	02	04
<b>TOTAL DE PESSOAL</b>	<b>13</b>	
<b>ACERVO</b>	<b>2733 processos</b>	

UNIDADE JUDICIÁRIA	3ª VARA DE FAMÍLIA DO JUÍZO DE SERRA	
	QUANTITATIVO POR SETOR DE CADA UNIDADE	
NOME DO SETOR	Nºs servidores	Nºs estagiários
Gabinete do juiz	01	
Assessoria	01	04
Sala de audiências	-	01
Cartório	03	07
<b>TOTAL DE PESSOAL</b>	<b>17</b>	
<b>ACERVO</b>	<b>3565 processos</b>	



**Poder Judiciário**  
**Estado do Espírito Santo**  
**DIRETORIA DO FORO DA SERRA**

<b>UNIDADE JUDICIÁRIA</b>	<b>4ª VARA DE FAMÍLIA DO JUÍZO DE SERRA</b>	
<b>NOME DO SETOR</b>	<b>QUANTITATIVO POR SETOR DE CADA UNIDADE</b>	
	<b>Nºs servidores</b>	<b>Nºs estagiários</b>
<b>Gabinete do juiz</b>	01	-
<b>Assessoria</b>	01	03
<b>Sala de audiências</b>		01
<b>Cartório</b>	03	04
<b>TOTAL DE PESSOAL</b>	13	
<b>ACERVO</b>	<b>4.004 processos</b>	



**Poder Judiciário**  
**Estado do Espírito Santo**  
**DIRETORIA DO FORO DA SERRA**

**LISTAGEM DE PESSOAL POR SETOR DE CADA UNIDADE JUDICIÁRIA**

UNIDADE JUDICIÁRIA	1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE SERRA	
	QUANTITATIVO POR SETOR DE CADA UNIDADE	
NOME DO SETOR	Nºs servidores	Nºs estagiários
Gabinete do juiz	01	
Assessoria	01	01
Sala de audiências		03
Cartório	04	03
<b>TOTAL DE PESSOAL</b>	<b>13</b>	
<b>ACERVO</b>	<b>5372 processos</b>	

UNIDADE JUDICIÁRIA	2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE SERRA	
	QUANTITATIVO POR SETOR DE CADA UNIDADE	
NOME DO SETOR	Nºs servidores	Nºs estagiários
Gabinete do juiz	01	
Assessoria	01	01
Sala de audiências		03
Cartório	05	03
<b>TOTAL DE PESSOAL</b>	<b>14</b>	
<b>ACERVO</b>	<b>3813 processos</b>	

UNIDADE JUDICIÁRIA	3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE SERRA	
	QUANTITATIVO POR SETOR DE CADA UNIDADE	
NOME DO SETOR	Nºs servidores	Nºs estagiários
Gabinete do juiz	01	
Assessoria	01	01
Sala de audiências	01	02
Cartório	04	06
<b>TOTAL DE PESSOAL</b>	<b>16</b>	
<b>ACERVO</b>	<b>4234 processos</b>	



**Poder Judiciário**  
**Estado do Espírito Santo**  
**DIRETORIA DO FORO DA SERRA**

<b>UNIDADE JUDICIÁRIA</b>	<b>4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE SERRA</b>	
<b>NOME DO SETOR</b>	<b>QUANTITATIVO POR SETOR DE CADA UNIDADE</b>	
	<b>Nºs servidores</b>	<b>Nºs estagiários</b>
Gabinete do juiz	01	
Assessoria	01	
Sala de audiências		03
Cartório	02	05
<b>TOTAL DE PESSOAL</b>	<b>12</b>	
<b>ACERVO</b>	<b>1243 processos</b>	

<b>UNIDADE JUDICIÁRIA</b>	<b>1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE SERRA</b>	
<b>NOME DO SETOR</b>	<b>QUANTITATIVO POR SETOR DE CADA UNIDADE</b>	
	<b>Nºs servidores</b>	<b>Nºs estagiários</b>
Gabinete do juiz	01	
Assessoria	01	
Sala de audiências		03
Cartório	04	04
<b>TOTAL DE PESSOAL</b>	<b>13</b>	
<b>ACERVO</b>	<b>1841 processos</b>	

<b>UNIDADE JUDICIÁRIA</b>	<b>2º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE SERRA</b>	
<b>NOME DO SETOR</b>	<b>QUANTITATIVO POR SETOR DE CADA UNIDADE</b>	
	<b>Nºs servidores</b>	<b>Nºs estagiários</b>
Gabinete do juiz	01	02
Assessoria	01	
Sala de audiências		
Cartório	05	04
<b>TOTAL DE PESSOAL</b>	<b>13</b>	
<b>ACERVO</b>	<b>1824 processos</b>	



Poder Judiciário  
Estado do Espírito Santo  
**DIRETORIA DO FORO DA SERRA**

**LISTAGEM DE PESSOAL POR SETOR DE CADA UNIDADE JUDICIÁRIA**

UNIDADE JUDICIÁRIA NOME DO SETOR	VARA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DO JUÍZO DE SERRA	
	Nºs servidores	Nºs estagiários
Gabinete do juiz	01	-
Assessoria	02	-
Sala de audiências		05
Cartório	03	05
<b>TOTAL DE PESSOAL</b>	<b>16</b>	
<b>ACERVO</b>	<b>11.000 processos</b>	

UNIDADE JUDICIÁRIA NOME DO SETOR	VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL DO JUÍZO DE SERRA	
	Nºs servidores	Nºs estagiários
Gabinete do juiz	01	
Assessoria	02	
Sala de audiências	-	02
Cartório	03	03
<b>TOTAL DE PESSOAL</b>	<b>11</b>	
<b>ACERVO</b>	<b>875 processos</b>	

UNIDADE JUDICIÁRIA NOME DO SETOR	VARA DA ÓRFÃOS E SUCESSÕES DO JUÍZO DE SERRA	
	Nºs servidores	Nºs estagiários
Gabinete do juiz	01	
Assessoria	01	02
Sala de audiências	-	-
Cartório	04	03
<b>TOTAL DE PESSOAL</b>	<b>11</b>	
<b>ACERVO</b>	<b>2.593 processos</b>	



**Poder Judiciário**  
Estado do Espírito Santo  
**DIRETORIA DO FORO DA SERRA**

**LISTAGEM DE PESSOAL POR SETOR DE CADA UNIDADE JUDICIÁRIA**

UNIDADE JUDICIÁRIA	1ª VARA CÍVEL DO JUÍZO DE SERRA	
	QUANTITATIVO POR SETOR DE CADA UNIDADE	
NOME DO SETOR	Nºs servidores	Nºs estagiários
Gabinete do juiz	01	-
Assessoria	01	03
Sala de audiências		01
Cartório	03	05
<b>TOTAL DE PESSOAL</b>	<b>14</b>	
<b>ACERVO</b>	<b>3373 processos</b>	

UNIDADE JUDICIÁRIA	2ª VARA CÍVEL DO JUÍZO DE SERRA	
	QUANTITATIVO POR SETOR DE CADA UNIDADE	
NOME DO SETOR	Nºs servidores	Nºs estagiários
Gabinete do juiz	01	
Assessoria	01	
Sala de audiências	-	06
Cartório	02	04
<b>TOTAL DE PESSOAL</b>	<b>14</b>	
<b>OBSERVAÇÕES</b>	<b>- dois servidores à disposição do TJES.</b>	
<b>ACERVO</b>	<b>4105 processos</b>	

UNIDADE JUDICIÁRIA	3ª VARA CÍVEL DO JUÍZO DE SERRA	
	QUANTITATIVO POR SETOR DE CADA UNIDADE	
NOME DO SETOR	Nºs servidores	Nºs estagiários
Gabinete do juiz	01	02
Assessoria	02	01
Sala de audiências	01	01
Cartório	02	08
<b>TOTAL DE PESSOAL</b>	<b>18</b>	
<b>OBSERVAÇÕES</b>	<b>- dois servidores à disposição do TJES.</b>	



**Poder Judiciário**  
Estado do Espírito Santo  
**DIRETORIA DO FORO DA SERRA**

<b>ACERVO</b>	<b>4500 processos</b>
---------------	-----------------------

<b>UNIDADE JUDICIÁRIA</b>	<b>4ª VARA CÍVEL DO JUÍZO DE SERRA</b>	
<b>NOME DO SETOR</b>	<b>QUANTITATIVO POR SETOR DE CADA UNIDADE</b>	
	<b>Nºs servidores</b>	<b>Nºs estagiários</b>
Gabinete do juiz	02	
Assessoria		01
Sala de audiências		04
Cartório	03	06
<b>TOTAL DE PESSOAL</b>	<b>16</b>	
<b>ACERVO</b>	<b>4870 processos</b>	

<b>UNIDADE JUDICIÁRIA</b>	<b>5ª VARA CÍVEL DO JUÍZO DE SERRA</b>	
<b>NOME DO SETOR</b>	<b>QUANTITATIVO POR SETOR DE CADA UNIDADE</b>	
	<b>Nºs servidores</b>	<b>Nºs estagiários</b>
Gabinete do juiz	01	
Assessoria	02	
Sala de audiências		05
Cartório	03	06
<b>TOTAL DE PESSOAL</b>	<b>17</b>	
<b>ACERVO</b>	<b>4780 processos</b>	

<b>UNIDADE JUDICIÁRIA</b>	<b>6ª VARA CÍVEL DO JUÍZO DE SERRA</b>	
<b>NOME DO SETOR</b>	<b>QUANTITATIVO POR SETOR DE CADA UNIDADE</b>	
	<b>Nºs servidores</b>	<b>Nºs estagiários</b>
Gabinete do juiz	01	
Assessoria	01	01
Sala de audiências		03
Cartório	01	03
<b>TOTAL DE PESSOAL</b>	<b>10</b>	
<b>ACERVO</b>	<b>3672 processos</b>	



**Poder Judiciário**  
**Estado do Espírito Santo**  
**DIRETORIA DO FORO DA SERRA**

**LISTAGEM DE PESSOAL POR SETOR DE CADA UNIDADE JUDICIÁRIA**

UNIDADE JUDICIÁRIA NOME DO SETOR	1ª VARA CRIMINAL DO JUÍZO DE SERRA	
	Nºs servidores	Nºs estagiários
Gabinete do juiz	01	
Assessoria	01	02
Sala de audiências		
Cartório	03	07
<b>TOTAL DE PESSOAL</b>	<b>14</b>	
<b>ACERVO</b>	<b>3134 processos</b>	

UNIDADE JUDICIÁRIA NOME DO SETOR	2ª VARA CRIMINAL DO JUÍZO DE SERRA	
	Nºs servidores	Nºs estagiários
Gabinete do juiz	02	
Assessoria		02
Sala de audiências		
Cartório	03	04
<b>TOTAL DE PESSOAL</b>	<b>11</b>	
<b>ACERVO</b>	<b>2724 processos</b>	

UNIDADE JUDICIÁRIA NOME DO SETOR	3ª VARA CRIMINAL DO JUÍZO DE SERRA	
	Nºs servidores	Nºs estagiários
Gabinete do juiz	01	
Assessoria	01	01
Sala de audiências		05
Cartório	05	05
<b>TOTAL DE PESSOAL</b>	<b>18</b>	
<b>ACERVO</b>	<b>5470 processos</b>	



**Poder Judiciário**  
**Estado do Espírito Santo**  
**DIRETORIA DO FORO DA SERRA**

<b>UNIDADE JUDICIÁRIA</b>	<b>4ª VARA CRIMINAL DO JUÍZO DE SERRA</b>	
	<b>QUANTITATIVO POR SETOR DE CADA UNIDADE</b>	
<b>NOME DO SETOR</b>	<b>Nºs servidores</b>	<b>Nºs estagiários</b>
Gabinete do juiz	01	
Assessoria	01	02
Sala de audiências		
Cartório	03	05
<b>TOTAL DE PESSOAL</b>	<b>12</b>	
<b>ACERVO</b>	<b>2025 processos</b>	

<b>UNIDADE JUDICIÁRIA</b>	<b>5ª VARA CRIMINAL DO JUÍZO DE SERRA</b>	
	<b>QUANTITATIVO POR SETOR DE CADA UNIDADE</b>	
<b>NOME DO SETOR</b>	<b>Nºs servidores</b>	<b>Nºs estagiários</b>
Gabinete do juiz	01	
Assessoria	01	02
Sala de audiências		
Cartório	04	05
<b>TOTAL DE PESSOAL</b>	<b>13</b>	
<b>ACERVO</b>	<b>1503 processos</b>	

<b>UNIDADE JUDICIÁRIA</b>	<b>6ª VARA CRIMINAL DO JUÍZO DE SERRA</b>	
	<b>QUANTITATIVO POR SETOR DE CADA UNIDADE</b>	
<b>NOME DO SETOR</b>	<b>Nºs servidores</b>	<b>Nºs estagiários</b>
Gabinete do juiz	01	
Assessoria	01	
Sala de audiências		03
Cartório	04	04
<b>TOTAL DE PESSOAL</b>	<b>13</b>	
<b>ACERVO</b>	<b>4200 processos</b>	

**ANEXO**

Matérias veiculadas na imprensa

lximenes@redgazeta.com.br

**VICTOR HUGO**

Leonel Ximenes



*O Senado começou a fazer transmissões ao vivo no Facebook. Vai ficar mais fácil ver as maldades de Renan Calheiros pelas redes sociais.*

## Contas de campanha de Ivan Carlini são rejeitadas

A Justiça Eleitoral de Vila Velha reprovou as contas de campanha do vereador reeleito e presidente da Câmara Municipal, Ivan Carlini (DEM). A juíza eleitoral Rozeneia Martins de Oliveira apontou em seu despacho que Carlini, que pode disputar seu quinto mandato consecutivo à presidência da Casa, recebeu várias doações em dinheiro dos próprios servidores da Câmara.

### Mais irregularidades

Segundo a Justiça Eleitoral, também foram observadas na campanha à reeleição do vereador o recebimento de recursos não identificados e omissão de nota fiscal de gastos e valores. A juíza encaminhou sua decisão para o Ministério Público Eleitoral, para ciência e aprofundamento das investigações.

### Vale mais

A Vale trabalha com perspectiva de crescimento em 2017. Uma das razões é a entrada em operação do Projeto Carajás, no Pará, região que tem um minério de ferro considerado de melhor qualidade no mercado internacional.

### Vale social

Fábio Brasileiro, representante institucional da mineradora no Espírito Santo, admite que a Vale precisava estreitar o relacionamento com a sociedade capixaba. "O erro estava em nós, mas mudamos e estamos avançando muito."

### Voz equivocada

O locutor da "Voz do Brasil" tem chamado o deputado Marcus Vicente de "Marcus Vinícius".

### Bolo do bolo

A OAB-ES protestou ontem de forma bem humorada contra a ausência, há um ano, de um juiz titular na Subseção de Guaçuí, formada por seis municípios. Um bolo foi cortado e distribuído a po-



### RESPOSTA PATRIÓTICA

Resposta de um morador em frente à sede da Sedu, na Avenida César Hilal, hostilizado pelos invasores da Secretaria Estadual de Educação e "acusado" de apoiar a CBF e a seleção brasileira de futebol. FOTO: BERNARDO COUTINHO

### Musa é musa

A crise financeira da Boa Vista pela menos poupou a atriz Viviane Araújo, que está confirmada para desfilar pela quarta vez consecutiva na escola de samba de Cariacica.

### Acabou em samba

Por falar nisso, o vereador Luiz Emanuel promove hoje uma sessão solene em homenagem ao Dia do Samba. A partir das 19h, na Câmara de Vitória.

### Muito vivos

Nesta semana não teve sessão na Câmara de Vitória na terça e ontem. Alegaram os vereadores que era por causa da morte do ex-vereador Pedro Luiz e ontem por causa da morte de outro ex-parlamentar, Antônio Smith.

### Muito vivos 2

O curioso é que quando o corpo de Pedro Luiz chegou à CMV havia pouquíssimos vereadores, e o enterro foi às 16h. Ontem, o sepultamento de Smith também ocorreu às 16h, e o plenário suspendeu a sessão na Câmara sob a justificativa de que todos iriam ao cemitério.

### Será que volta?

Os advogados de Lula avisaram ao juiz Sérgio Moro que o ex-presidente vai ao velório de Fidel em Cuba.

### Pacto de carne

Fernando Queiroz, executivo-chefe da Minerva Foods, a empresa que comprou a Frisa, almoçou ontem com o governador Hartung. Prometeu que a segunda maior empresa do país no

setor de carne continuará investindo no Espírito Santo.

### Alô, Colômbia!

Muito obrigado pelo carinho e pela solidariedade. Amigos para sempre.

### Mão grande

A invasão da Rádio Universitária deu frutos. Ruínas. Um HD externo sumiu da emissora.

### Vida longa ao livro

Foi lançado ontem à noite o livro comemorativo aos 160 anos da Biblioteca Pública Estadual. "160 Anos de História" tem textos organizados por Rita Maia e Adriana Pereira Campos.

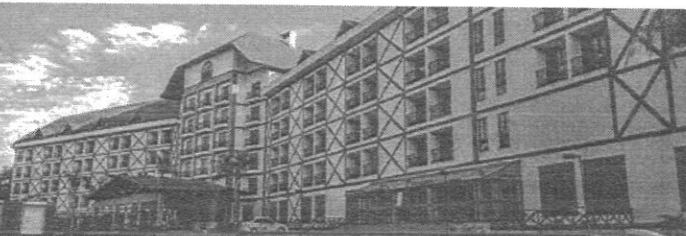
### Alô, eleitor!

Você compraria um carro usado de Renan Calheiros?

Conheça o mais novo e charmoso  
Eco Resort em Pedra Azul

0800 283 9988  
bristolhotels.com.br

**BRISTOL VISTA AZUL**  
ECO RESORT & MEETING CENTER



# Advogados protestam, em Guaçuí, contra falta de juízes no Caparaó

**DEMORA** Sem juízes suficientes nas comarcas, os processos se acumulam e quem sofre é a população

Danielle Muruci  
Guaçuí

Advogados de todo o Caparaó participaram, ontem, em Guaçuí, de um protesto contra a falta de juízes titulares em cinco comarcas da região. Há um ano que a OAB solicita ao Tribunal de Justiça, a nomeação de mais Magistrados. No ato de desagravo de ontem, teve até bolo de aniversário. Presente, presidente da OAB no Espírito Santo, Homero Mafra, foi irônico: "Já que a Justiça não dá o pão ao povo, a OAB distribui o bolo".

Em seu discurso, Homero Mafra destacou que o protesto era um ato de cidadania contra o abandono do judiciário na Região do Caparaó. Mafra fez questão de esclarecer que a OAB não está mirando contra a figura do magistrado, mas sim gritando por mais celeridade na justiça. "Sou filho de um magistrado e sei que o juiz precisa morar em sua comarca. Este ato é contra os juízes, contrário, é pelo aumento de efetivo. Inclusive, da juíza da 2ª Vara, só ouvi elogios. Estamos aqui pra dizer: contem com os advogados", declarou. O presidente da Ordem disse ainda que o grande gargalo do

judiciário no Espírito Santo está na Justiça de primeiro grau.

O presidente da subseção da OAB de Guaçuí, Luiz Bernard Sardenberg Moulin, disse que a Ordem está preocupada com a situação caótica em que se encontra a Justiça no interior do Estado. "Guaçuí é o caso mais crítico na região, onde, só na área civil, há um acúmulo de quase oito mil processos. Bom Jesus do Norte está sem juiz efetivo há quase cinco anos. Hoje, a advocacia está aqui para se fazer presente. Assim como disse nosso presidente nacional da OAB, Cláudio Lamachia durante a inauguração de nossa sede em Guaçuí, se a Justiça não está presente, a advocacia está", afirmou.

## 10 MIL PROCESSOS EM GUAÇUÍ

Luiz Bernard também frisou que os magistrados não eram o alvo do protesto. "Tenho certeza que os juízes substitutos também querem que isso se resolva. Assim, eles não precisam mais ter que ficar na estrada, toda semana, para trabalhar em outros municípios", completou.

O advogado de Caste-

lo, Ricardo Machado, que é conselheiro da Ordem, fez questão de participar do protesto. "A situação do Caparaó é extremamente grave. Não podíamos deixar de prestigiar este evento", disse.

Durante todo o ato, um carro de som tocou o hino nacional brasileiro. Folders explicativos foram distribuídos para a população. Como ato simbólico, Luiz Bernard, com ajuda da secretária geral da Ordem, Érica Neves, apagou uma vela de um ano, desejando que ela fosse, no caso, a primeira e última. "Queremos ver esse problema resolvido o mais rápido possível", disse.

Em nota, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), explicou que, no Poder Judiciário Estadual, o número de juízes é inferior ao número de unidades judiciárias, e que, por causa da crise da queda de arrecadação do caixa do Estado, não há previsão de nomeação de novos juízes.

O TJES informou ainda, que a comarca de Guaçuí não é a única do Estado a não possuir juiz titular, mas que há dois juízes respondendo por ela. "Infelizmente, a falta de magistrado atinge

Fotos: Danielle Muruci



Os advogados reclamam da falta de juízes em várias comarcas

as unidades de norte a sul do Espírito Santo. No caso de Guaçuí, há dois juízes na comarca: Valquíria Tavares Matos, que é juíza substituta, mas está designada pelo Tribunal de Justiça para responder exclusivamente pela 2ª Vara de Guaçuí e Eduardo

Geraldo de Matos, que é titular em Cachoeiro de Itapemirim, mas também designado para responder pela 1ª Vara de Guaçuí", diz a nota. Quanto ao acervo de processos na comarca de Guaçuí, o Tribunal informou que são pouco mais de 10 mil.

Segundo o TJES, as comarcas de Apiacá, Bom Jesus do Norte, Dolores do Rio Preto e São José do Calçado, também são atendidas por juízes titulares de Cachoeiro de Itapemirim que foram designados para responder por elas.

## Excellence

ODONTOLOGIA

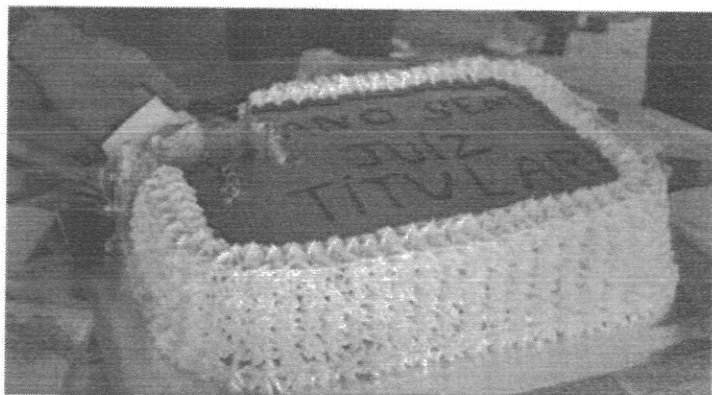
- \* Preenchimento facial com ácido hialurônico
- \* Aplicação terapêutica com toxina botulínica ( Botox )
- \* Clínica Geral
- \* Ortodontia
- \* Implante

Dr Wellick de Melo Santos  
Cirurgião-Dentista

(28) 3553.1318  
(28) 99900.6562

Rua Senador Atilio Vivacqua, 173  
Centro - Guaçuí/ES

excellence.odontologia@hotmail.com



03/12/2016 11h45 - Atualizado em 03/12/2016 11h45

# Advogados protestam por falta de juízes em cidades no Sul do ES

Protesto aconteceu nesta sexta (2), em frente ao Fórum de Guaçuí.

Cinco comarcas no Caparaó recebem juízes apenas uma vez por semana.

Do G1 ES

<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/12/advogados-protestam-por-falta-de-juizes-em-cidades-no-sul-do-es.html>

Os advogados da região do Caparaó, no Espírito Santo, protestaram nesta sexta-feira (2), em frente ao Fórum de Guaçuí, no Sul do Espírito Santo, contra a falta de juízes titulares em seis municípios do local.

Durante o protesto, os advogados trouxeram um bolo e assopraram a vela que lembrava o aniversário de um ano da ausência de juiz titular na 1ª Vara Cível da Comarca de Guaçuí. Várias cidades da região só têm recebido o serviço de juízes uma vez por semana e isso tem atrasado o andamento de processos. A cidade de Guaçuí já tem acumulados oito mil processos. "Às vezes, a gente precisa de uma medida de urgência, uma liminar, às vezes situação que envolve menor, tudo atrasa", conta a advogada Josineia Vieira

O presidente da 6ª subseção OAB Espírito Santo, Louis Moulin, disse que tem audiências marcada para agosto de 2017. "O juiz só vem uma vez por semana, então acaba que ele só pode marcar audiência uma vez por semana", lamentou.

Em Dores do Rio Preto, no Sul do Espírito Santo, eles relatam que a comarca está sem um juiz titular trabalhando há cinco anos.

"Estamos enfrentando essa situação de um juiz que vem, geralmente de Cachoeiro ou de Vitória, prestar uma assistência em Dores", comenta a advogada Isabella Marques.

O protesto contou com a presença do presidente da OAB, Homero Mafra, que não recebeu uma resposta satisfatória do Tribunal de Justiça.

"O tribunal repete sempre que não pode contratar mais juízes, mas, na verdade, este é um problema de gestão. Foi feito um concurso, juízes foram nomeados, nós não temos juízes substitutos para estar nessas comarcas? Nós não temos um estoque de juízes que possa suprir asnotórias carências do estado?", critica.

### **Tribunal de Justiça**

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) explicou, em nota, que o número de juízes no estado é menor do que o de unidades judiciárias.

Também informou que não há previsão de nomeação de novos juízes e nem realização de novo concurso, por conta da crise financeira e queda na arrecadação estadual.

## Conciliação soluciona demanda sobre atendimento em cartórios no ES

06/07/2016 - 08h19



Conselheiro Fernando Mattos conduz audiência de conciliação na Justiça Estadual do ESFoto: Divulgação OAB-ES

Um procedimento de controle administrativo (PCA) em tramitação no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi resolvido, na última sexta-feira (1º/6), por meio de uma audiência de conciliação. Proposto pela Ordem dos Advogados do Brasil seção Espírito Santo (OAB/ES) contra a Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo, o PCA 0002535-67.2016 questionava as condições de atendimento aos advogados nos cartórios da Justiça Estadual. A decisão deve ser homologada na próxima sessão do CNJ, mas não caberá julgamento do mérito da matéria pelos conselheiros.

A audiência de conciliação, proposta e conduzida pelo conselheiro relator, Fernando Cesar Baptista de Mattos, ocorreu na sede da Justiça Federal do Espírito Santo, em Vitória, e tratou da Portaria (002/2016) da 3ª Vara Criminal da Comarca de Colatina/ES, que determinava que todo atendimento às partes e advogados deveria ocorrer exclusivamente pelo guichê de atendimento, em ordem de chegada. As excepcionalidades, segundo a Portaria, deveriam ser levadas ao chefe da serventia, que decidiria sobre o ingresso da parte/advogado ao interior das dependências do cartório.

Após a sessão de conciliação, ficou acertado que nos cartórios onde não houver balcão de atendimento com condições para que o advogado possa manusear os autos do processo ou mesmo nos cartórios onde houver apenas guichê de atendimento, deverão ser disponibilizadas mesa e cadeira, em local de ampla visibilidade e

independente da carga (retirada) dos autos.

Participaram da audiência, além do presidente e vice da OAB/ES, Homero Mafrá e Simone Silveira, respectivamente, o corregedor-geral da Justiça no estado, desembargador Ronaldo Gonçalves de Sousa, os juízes auxiliares da Corregedoria, Júlio César Babilon e Gustavo Henrique Procopio Silva, e o presidente do Colégio de Presidentes das Subseções da OAB-ES, Robson Louzada.

**Política do CNJ** - A possibilidade de buscar uma solução pela via negociada está em consonância com o artigo 25 do Regimento Interno do CNJ, e atende aos princípios da Política Nacional Judiciária de Solução de Conflitos, estabelecida por meio da Resolução 125/2010 do CNJ.

**Resolução** - A conciliação é uma forma de solução de conflitos na qual uma terceira pessoa, imparcial, facilita o diálogo entre as partes para que elas construam uma solução não judicial para a questão. Os métodos alternativos de solução de conflito fazem parte da meta de redução do grande estoque de processos na Justiça brasileira e já estão previstos em lei, por meio da Lei de Mediação e do Código de Processo Civil.

*Regina Bandeira*  
*Agência CNJ de Notícias*

---

Tópicos: TJES, conciliação, Mediação e Conciliação

## PACOTE DE AUSTERIDADE DA JUSTIÇA VAI PARAR NO CNJ

### Associação dos Magistrados contestou demissões de assessores

▲ NATALIA DEVENIS  
[ncosta@redgazeta.com.br](mailto:ncosta@redgazeta.com.br)

A resolução de contenção de despesas para que o Judiciário estadual possa se adequar à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), publicada pelo presidente do Tribunal de Justiça, Annibal de Rezende Lima, na última terça-feira, não agradou aos magistrados e foi parar no Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Entre as 12 providências definidas, está a exoneração dos cargos comissionados de assessor de juiz de Direito, substituindo-os por estagiários de pós-graduação, o que motivou a Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages) a entrar com um recurso no CNJ, questionando a medida.

A resolução do TJES já começou a valer desde ontem, com a publicação da demissão de 14 assessores das Turmas Recursais. Mas no recurso, a Amages critica que o corte seja somente de servidores que atuam junto ao primeiro grau, não havendo isonomia no tratamento com segundo grau.

Segundo o presidente da Associação, Ezequiel Turíbio, a determinação contraria uma resolução do próprio CNJ, que dispõe sobre a distribuição igualitária da força de trabalho.

"Concordamos que haja a necessidade de medidas



Annibal de Rezende Lima, presidente do TJES, teve ato questionado no CNJ por Ezequiel Turíbio (destaque)

VITOR JUBINI

ATÉ DEZEMBRO

**R\$ 20 milhões**

É o tamanho do corte para o TJES se adequar à LRF.

COMPARAÇÃO

"O primeiro grau já está precário, com número de servidores insuficiente e congestionamento de processos. A situação é desproporcional no segundo grau"

EZEQUIEL TURÍBIO  
PRESIDENTE DA AMAGES

de austeridade, mas o primeiro grau já está precário, com número de servidores insuficiente e congestionamento de processos. No segundo grau, que conta com maior estrutura, não houve cortes. Há uma situação desproporcional", disse.

Embora não tenha abordado o tema no recurso, Turíbio ressaltou que a mão de obra de estagiários não equivale à de assessores. "Eles estão em segmentos que têm que ter celeridade no julgamento e há uma rotatividade grande, ficam de

#### PACOTE ANUNCIADO

##### CORTE DE DESPESAS

###### ▼ Decisão

As 12 medidas foram aprovadas pelos desembargadores em sessão administrativa do último dia 2, por unanimidade.

###### ▼ Objetivo

Que a despesa com pessoal do Judiciário chegue a 6% da receita corrente líquida do Estado. Hoje, está em 5,2%, acima do limite legal da Lei de Responsabilidade Fiscal.

##### CORTES PARA MAGISTRADOS

###### ▼ Cargos diretos do TJES

Reduzir pela metade os valores das gratificações pagas ao presidente, vice-presidente, corregedor, ouvidor, entre outras funções.

###### ▼ Juízes

Reduzir as gratificações para juiz diretor do Foro, do gabinete da presidência, entre outros, de 10% para 5% dos subsídios.

seis meses a dois anos. Leva-se um tempo para serem treinados, para depois sair. E no interior, há dificuldade para conseguir estagiário de pós-graduação", pontuou.

Quanto à diminuição das gratificações dos magistrados pelo exercício cumulativo de funções, a Amages reafirmou apoio: "Os juízes devem contribuir para o enfrentamento da crise".

Com os cortes, o Judiciário vai economizar R\$ 2,3 milhões com pessoal até o final do ano. Contudo, para voltar ao limite legal, se-

riam necessários R\$ 20 milhões até dezembro.

No recurso da Amages, houve um pedido de eliminar, que foi negado pelo CNJ. Agora, o conselheiro Carlos Levenhagen marcará uma audiência de conciliação com o TJES para uma decisão definitiva.

O TJES afirmou que não se manifestaria sobre o assunto, pois o processo está em tramitação, mas destacou que na gestão de Sérgio Bizzotto foram feitas dezenas de exonerações no segundo grau.

## Homero: "Isso preocupa a advocacia"

▲ O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES), Homero Mafra, faz eco às críticas do presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), Ezequiel Turíbio. Para Homero, houve um desajuste nas contas do Judiciário estadual e, assim, a redução de despesas é necessária. Mas não com cortes na primeira instância.

"Desse jeito, vamos de-

sestruturar o Judiciário no primeiro grau. Já enfrentamos problemas seríssimos, com uma prestação jurisdicional que é uma ficção pela falta de juízes e servidores", alfinetou Homero.

"Isso preocupa a Ordem e a advocacia. Há juízes relatando que a resolução do Tribunal de Justiça pode inviabilizar os trabalhos nas Turmas Recursais, que julgam os recur-

sos relativos aos juizados especiais. Se isso for verdade, é mais uma sanção à população", pontua o presidente da OAB estadual.

##### ESTAGIÁRIOS

Lembrado de que os servidores exonerados das Turmas Recursais devem ser substituídos por estagiários de pós-graduação, Homero classificou a medida como "uma visão ad-

ministrativa do tribunal".

"O tribunal tem é que encontrar uma forma que não penalize o primeiro grau. Uma das ações poderia ser devolver às comarcas servidores que estão à disposição em Vitória ou no próprio tribunal", avalia. No ano passado, ainda na gestão do desembargador Sérgio Bizzotto, cerca de 50 pessoas foram "devolvidas"

MARCELO PREST



Homero, presidente da OAB, criticou o tribunal

às comarcas de origem.


Ainda em 2015, quando estourou a "bomba" dos gastos com pessoal no Tribunal de Justiça, a OAB-ES já criticava a contratação de estagiários pelo Judiciário. Em maio daquele ano, Homero afirmou que "quem mantém o Judiciário hoje são os estagiários". A Ordem também chegou a pedir uma inspeção extraordinária do Conselho Nacional de Justiça no TJES.

(Letícia Gonçalves)

## OAB vai pedir interdição de imóvel improvisado como fórum em Viana

04/02/2016 às 16:45

[Imprimir](#)

 [Nerter Samora](#)

O presidente da seccional capixaba da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES), Homero Junger Mafra, anunciou, nessa quarta-feira (3), que vai pedir a interdição do imóvel improvisado como Fórum de Areinha, em Viana. Segundo ele, o local não tem condições para abrigar qualquer tipo de serviço público. Desde a última semana, três varas passaram a funcionar no local – antes, as unidades estavam localizadas provisoriamente no Fórum de Cariacica.

De acordo com informações da OAB-ES, o pedido de interdição se baseia nas orientações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). “É inaceitável que a população, a advocacia, os juízes e o Ministério Público sejam condenados a trabalhar em um local que não possui condições mínimas para que alguém exerça suas funções”, exclamou Homero, que visitou as instalações do fórum, ao lado do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Annibal de Rezende Lima.

Para o presidente da Ordem, o problema com o fórum não teria sido causado pela atual administração da Corte, que vai analisar o requerimento de interdição. “Esse Fórum é uma agressão à cidadania porque portadores de deficiência não chegam ao segundo andar. O prédio não tem requisitos mínimos de acessibilidade. É evidente que o desembargador Annibal recebeu esse problema, que não foi criado pela atual gestão do Tribunal, mas esse é o desafio que está posto”, ressaltou.

Desde o último dia 25, o imóvel passou a abrigar um Juizado Especial Cível, Juizado Especial Criminal e a 1ª Vara Cível, Fazenda Pública Estadual, Municipal, Registros Públicos e Meio Ambiente, que antes funcionavam no Fórum de Cariacica. Entre os problemas de infraestrutura, estão a falta de espaço nas salas de audiências, rede elétrica insuficiente para suportar os equipamentos, além da falta de acessibilidade no prédio.

O presidente da 11ª Subseção da OAB em Cariacica, Aloísio Lira, disse que é contrário à mudança desde o início. "Este é um prédio vertical, quando o mais correto seria usar um prédio horizontal ou, pelo menos, com garantia de acesso como rampa ou elevador. Além disso, os advogados têm que ficar ao lado da saída de ar quente do aparelho de ar condicionado, instalado no cartório, enfrentando um calor insuportável", afirmou.

## NOTÍCIAS

# Presidentes de subseções discutem problemas da advocacia no Judiciário

06 de Junho de 2016 • 17h11 | 17

Tags: subseções, presidentes, OAB-ES



## Últimas Notícias

OAB-ES apresenta pleitos da advocacia durante abertura da inspeção do CNJ no TJES

20/02/2017 - 13h59

OAB-ES repudia ameaças a secretário de Segurança

20/02/2017 - 09h49

OAB-ES investiga captação irregular de clientes durante paralisação da PM

17/02/2017 - 18h51

Rodrigo Júdice toma posse como juiz eleitoral

17/02/2017 - 18h06

ESA/OAB-ES e Comissão de Processo Civil organizam seminário de um ano do novo CPC

17/02/2017 - 17h06

[Ver mais notícias!](#)

Colégio de presidentes reunidos em Iúna. Foto: Divulgação.

Os desafios enfrentados pela advocacia no dia a dia do Judiciário nortearam a reunião do Colégio dos Presidentes de subseções realizada na última sexta-feira (03), em Iúna, na região do Caparaó. O encontro contou com a presença do secretário-geral da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Espírito Santo (OAB-ES), Ricardo Brum, e da secretária-geral adjunta, Érica Neves.

Na reunião, foi declarado pelo Colégio de Presidentes a necessidade de agendar um encontro com o presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), Annibal de Rezende Lima, para debater e buscar soluções para a falta de juízes e servidores nas comarcas do interior.

“Esse é um trabalho conjunto da Seccional com as subseções buscando reduzir os problemas da advocacia no Judiciário. Vamos dar atenção total às demandas apontadas na reunião”, disse o secretário-geral, Ricardo Brum.

Outro ponto muito discutido foi a implantação do Refis, programa de refinanciamento no qual os advogados inscritos na OAB-ES poderão quitar suas anuidades em débito, referentes aos exercícios anteriores a 2016. A data de implantação do programa e os detalhes ainda serão divulgados.

Também foi tema de debate a realização de um seminário para orientar os advogados sobre a maneira correta de fazer publicidade de seus escritórios, uma vez que a Comissão de Fiscalização e Propaganda da OAB-ES ainda encontra muitas irregularidades em jornais e redes sociais.

Demandas internas, como a ampliação da atuação da van que faz o transporte entre os fóruns para cidades do interior foi outro tema colocado em voga. Na próxima reunião do Colégio, a ser realizada provavelmente no dia 24/06, na sede da Ordem, em Vitória, esses assuntos serão aprofundados.

Presidente da subseção de Guarapari, Jedson Marchesi Maioli avaliou que a reunião foi de grande valia, uma vez que, juntos, os presidentes podem relatar problemas em comum e trabalhar para solucioná-los. "É importante ter a diretoria presente porque, assim, temos um retorno mais rápido das questões colocadas".

Anfitrião do encontro, o presidente da subseção de Iúna, André Miranda Viçosa acredita que os problemas relatados terão solução após a realização do encontro. Já o presidente da subseção de Cachoeiro de Itapemirim e coordenador do Colégio de Presidentes, Robson Louzada, disse que com reuniões frequentes, as demandas não ficam sem respostas.



Confraternização realizada em Iúna. Foto: Divulgação.

"Todas as deliberações foram transcritas em ata e verificamos o que foi cumprido e o que ainda falta resolver. Não vamos perder de vista as demandas antigas da advocacia que precisam de retorno. Com a presença do secretário-geral e da secretária adjunta, nossa segurança é ainda maior. Ficamos mais tranquilos", revelou.

Na reunião do Colégio de Presidentes se discute os principais problemas da advocacia em cada região. Os dirigentes apresentam as dificuldades que enfrentam e, em conjunto, o Colégio busca soluções. Os encontros acontecem normalmente na última sexta-feira do mês.

### **Região do Caparaó**

Antes da reunião de Iúna, a diretoria da Ordem, representada pelo secretário-geral Ricardo Brum e pela secretária-geral adjunta Érica Neves, visitou as subseções de Alegre e Guaçuí. A interiorização da gestão é uma das prioridades da OAB-ES. Conhecendo de perto a realidade das subseções, suas demandas são atendidas de forma mais célere.

## NOTÍCIAS

# OAB-ES apoia deslocamento de servidores do segundo grau para C6legios Recursais

22 de Junho de 2016 • 18h47 | 51 | 4



Reuni6o no Conselho Nacional de Justiça. Foto: Divulga6o TJES.

A OAB-ES participou como amicus curiae na audi6ncia de concilia6o realizada no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nessa quarta-feira (22), nos autos do Procedimento de Controle Administrativo proposto pela Associa6o dos Magistrados do Esp6rito Santo (Amages) em face do Tribunal de Justiça do Esp6rito Santo (TJES), com o objetivo de suspender os efeitos da Resolu6o 09/2016, que exonera assessores de ju6zes dos Col6gios Recursais no Estado, os substitui por estagi6rios de p6s-gradua6o e trata da exonera6o de assessores das Varas dos Feitos da Fazenda.

A Amages estava representada por seu presidente, juiz Ezequiel Tur6bio, j6 a OAB-ES contou com a participa6o da secret6ria-geral adjunta, Erica Neves e a conselheira federal Fl6via Brand6o na audi6ncia com o Conselheiro Carlos Levenhagem, do CNJ. Estavam presentes tamb6m o presidente do Tribunal de Justiça do Esp6rito Santo (TJES), desembargador Ann6bal de Rezende Lima e a desembargadora Janete Vargas Sim6es, assim como o juiz assessor da presid6ncia Anselmo Laranja e os ju6zes Paulo C6sar Carvalho e Rubens Jos6 da Cruz.

O acordo apresentado pela Associa6o dos Magistrados prop6e que o Tribunal de Justiça do Esp6rito Santo (TJES) desloque assessores lotados em gabinetes de desembargadores para suprir as exonera6es dos Colegiados Recursais, enquanto que os estagi6rios de p6s gradua6o que seriam lotados nos Colegiados, sejam lotados no TJES.

## Últimas Not6cias

OAB-ES apresenta pleitos da advocacia durante abertura da inspe6o do CNJ no TJES

20/02/2017 - 13h59

OAB-ES repudia ameaças a secret6rio de Segurança

20/02/2017 - 09h49

OAB-ES investiga capta6o irregular de clientes durante paralisa6o da PM

17/02/2017 - 18h51

Rodrigo J6dice toma posse como juiz eleitoral

17/02/2017 - 18h06

ESA/OAB-ES e Comiss6o de Processo Civil organizam semin6rio de um ano do novo CPC

17/02/2017 - 17h06

[Ver mais not6cias!](#)

A OAB-ES acompanhou essa proposta e apoia essa medida, uma vez que luta por mais justi7a no primeiro grau, sendo objetivo principal neste momento, impedir que os Colegiados sejam fragilizados. Para decidir sobre essa proposta, o TJES realizar6 uma reuni6o administrativa e se manifestar6 no prazo de 20 dias.

O presidente do TJES, desembargador Annibal de Rezende destacou ainda para a diretoria da OAB-ES que n6o existe a possibilidade de redu76o dos Col6gios Recursais, tampouco deslocamento desses colegiados para comarcas da Capital.

Quanto 6s exonera76es dos assessores das Varas de Fazenda P6blica, o TJES assegurou que se restringir6 a um dos dois assessores nas varas de Cariacica, Vila Velha e Serra que possuem menos de 1.500 processos.

Em reuni6o com a Amages no 6ltimo dia 10 junho, a OAB-ES, por meio de seu presidente, Homero Mafra refor7ou a necessidade de valorizar a Justi7a no primeiro grau. "Temos uma percep76o clara da dificuldade do primeiro grau. Do jeito que est6 6 insustent6vel. Os servidores precisam voltar para suas comarcas de origem. Um grande exemplo disso 6 a comarca da Serra com elevado n6mero de servidores deslocados", avaliou Homero Mafra.

O presidente da OAB-ES fez quest6o de destacar na ocasi6o que 6 preocupante a situa76o dos col6gios recursais, que s6o respons6veis por avaliar os recursos dos juizados especiais. "Para uma grande parcela da advocacia eles significam o mesmo que o Tribunal. Eles s6o o segundo grau, mas muito mais pr6ximo do advogado no dia a dia. A preocupa76o com a fal6ncia do col6gio recursal 6 muito grande".

## MAPA DO SITE

### HOME

#### INSTITUCIONAL

Diretoria  
Hist6ria  
Conselho Seccional  
Conselho Federal  
Comiss6es  
6tica e Disciplina  
Ouvidoria  
CAA-ES  
Ordem Juridica

#### CIDAD6O

Contrata76o de Advogado  
Processo Disciplinar



### SERVI7OS

Tabela de Servi7os da OAB  
Interf6runs  
Escrit6rio Coletivo  
Certificado Digital  
Recorte Digital  
Anuidade  
Gera76o de Boletos  
Simulador Tribut6rio

#### SUBSE76ES

#### CEAIC

#### EXAME DE ORDEM

#### NOT6CIAS

#### GALERIA DE FOTOS

#### V6DEOS

### ESA

Cursos Presenciais  
Cursos Telepresenciais  
Cursos Realizados  
Videos Juridicos Gratuitos  
Diretoria  
Sobre  
Parcerias

#### TRANSPAR6NCIA

Presta76o de Contas  
Atas do Conselho

#### NORMAS

Estatuto da OAB  
Regulamento Geral  
C6digo de 6tica e Disciplina

#### FALE CONOSCO

### REDES SOCIAIS

Facebook  
Flickr  
Twitter  
Vimeo  
Instagram

### ENDERE7O

Rua Alberto de Oliveira Santos, 59  
Ed. Ricamar 36 e 46 Andares  
Centro - Vit6ria - ES - 29010-908

### TELEFONE

(27) 3232-5600

## NOTÍCIAS

# Colégio de Presidentes de Subseções demonstra preocupação com falta de servidores em Comarcas

28 de Outubro de 2016 • 18h18 | 43

Tags: subseção, presidentes, OAB-ES, debate, colegio



Reunião do Colégio de Presidentes. Foto: Divulgação.

Em reunião realizada nesta sexta-feira (28), o Colégio de Presidentes de Subseções da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Espírito Santo (OAB-ES), demonstrou preocupação com a possível fusão de Comarcas do interior e a falta de servidores no primeiro grau de jurisdição.

O colegiado, no entanto, deixou claro que está aberto ao diálogo com o Poder Judiciário e que vai buscar uma agenda com o presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), desembargador Annibal de Rezende Lima, para debater o tema.

Presidente da OAB-ES, Homero Mafra participou da reunião e demonstrou preocupação com o desfalque de servidores no primeiro grau. “É preciso que a advocacia esteja presente na discussão sobre o remanejamento de servidores e recursos”, declarou.

O Colégio também pretende solicitar ao TJES informações sobre a aplicação do Fundo do Poder Judiciário (Funepj), destinado aos investimentos em infraestrutura, para averiguar a aplicação dos recursos oriundos das custas processuais.

### Carta de Vitória

## Últimas Notícias

OAB-ES apresenta pleitos da advocacia durante abertura da inspeção do CNJ no TJES

20/02/2017 - 13h59

OAB-ES repudia ameaças a secretário de Segurança

20/02/2017 - 09h49

OAB-ES investiga captação irregular de clientes durante paralisação da PM

17/02/2017 - 18h51

Rodrigo Júdice toma posse como juiz eleitoral

17/02/2017 - 18h06

ESA/OAB-ES e Comissão de Processo Civil organizam seminário de um ano do novo CPC

17/02/2017 - 17h06

[Ver mais notícias!](#)

Coordenador do Colégio de Presidentes, Robson Louzada, presidente da Subseção de Cachoeiro de Itapemirim, destacou a "Carta de Vitória", documento elaborado e aprovado pelo Colégio com críticas ao pagamento de salários acima do teto constitucional a servidores públicos.

O documento será encaminhado ao presidente do Conselho Federal da OAB, Claudio Lamachia, quando o mesmo visitar o Estado em 16 de novembro para inauguração da nova sede da Subseção de Guaçuí.

"Os Presidentes de Subseções foram muito cobrados para que defendessem uma posição mais clara sobre o entendimento da OAB a respeito do que vem sendo noticiado pela imprensa sobre o desrespeito ao teto dos servidores públicos com o pagamento de subsídios dos magistrados. Por se tratar de uma questão nacional, preferimos deliberar pelo encaminhamento da discussão ao Conselho Federal da OAB, mediante o expediente que será entregue pessoalmente ao Presidente Lamachia, que visitará o nosso Estado no próximo dia 16", disse.

### Regimento

Outro ponto aprovado na reunião foi o regimento interno do Colégio de Presidentes. O documento segue agora para análise e sanção do Conselho Seccional da OAB-ES.

Na reunião do Colégio de Presidentes se discutem os principais problemas da advocacia em cada região. Os dirigentes apresentam as dificuldades que enfrentam e, em conjunto, o Colégio busca soluções. Os encontros acontecem normalmente na última sexta-feira do mês.

## MAPA DO SITE

### HOME

#### INSTITUCIONAL

Diretoria  
História  
Conselho Seccional  
Conselho Federal  
Comissões  
Ética e Disciplina  
Ouvidoria  
CAA-ES  
Ordem Jurídica

#### CIDADÃO

Contratação de Advogado  
Processo Disciplinar



### SERVIÇOS

Tabela de Serviços da OAB  
Interfóruns  
Escritório Coletivo  
Certificado Digital  
Recorte Digital  
Anuidade  
Geração de Boletos  
Simulador Tributário

### SUBSEÇÕES

#### CEAIC

#### EXAME DE ORDEM

#### NOTÍCIAS

#### GALERIA DE FOTOS

#### VÍDEOS

### ESA

Cursos Presenciais  
Cursos Telepresenciais  
Cursos Realizados  
Vídeos Jurídicos Gratuitos  
Diretoria  
Sobre  
Parcerias

### TRANSPARÊNCIA

Prestação de Contas  
Atas do Conselho

### NORMAS

Estatuto da OAB  
Regulamento Geral  
Código de Ética e Disciplina

### FALE CONOSCO

### REDES SOCIAIS

Facebook  
Flickr  
Twitter  
Vimeo  
Instagram

### ENDEREÇO

Rua Alberto de Oliveira Santos, 59  
Ed. Ricamar 3º e 4º Andares  
Centro - Vitória - ES - 29010-908

### TELEFONE

(27) 3232-5600

## NOTÍCIAS

### Justiça de Assessores

27 de Fevereiro de 2016 • 14h50



A realidade nas comarcas da Justiça Estadual no interior do estado está caótica, prejudicando os jurisdicionados e advogados que precisam de uma resposta célere do Poder Judiciário. As varas são comandadas por assessores de juizes que despacham com os advogados e atendem todas as demandas sem a presença do magistrado responsável.

Em reunião nessa sexta-feira (26) na sede da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Espírito Santo (OAB-ES), os presidentes de Subseções da Seccional apresentaram a grave situação que está sendo vivenciada no interior.

Segundo o presidente da 6ª Subseção de Guaçuí, Luiz Bernard Sardenberg Moulin, composta pelos municípios de Apiacá, São José do Calçado, Bom Jesus do Norte, Dolores do Rio Preto e Divino São Lourenço, todas as comarcas, com exceção da 2ª Vara de Guaçuí, estão sendo praticamente entregues nas mãos dos assessores de juizes, porque os magistrados estão com jurisdição estendida para o interior e só aparecem uma vez por semana.

“Em Guaçuí, por exemplo, o juiz só está na comarca nas segundas-feiras, porque ele trabalha em Cachoeiro de Itapemirim. Em São José do Calçado é ainda pior, porque o juiz é de Cariacica e está a uma distância de mais de 200 quilômetros”, afirmou Luiz Bernard.

Com todos esses problemas, os jurisdicionados e advogados ainda enfrentam a demora na marcação das audiências. “Em algumas comarcas as audiências estão sendo

### Últimas Notícias

OAB-ES apresenta pleitos da advocacia durante abertura da inspeção do CNJ no TJES

20/02/2017 - 13h59

OAB-ES repudia ameaças a secretário de Segurança

20/02/2017 - 09h49

OAB-ES investiga captação irregular de clientes durante paralisação da PM

17/02/2017 - 18h51

Rodrigo Júdice toma posse como juiz eleitoral

17/02/2017 - 18h06

ESA/OAB-ES e Comissão de Processo Civil organizam seminário de um ano do novo CPC

17/02/2017 - 17h06

[Ver mais notícias!](#)

marcadas só para setembro e outubro. Eu estava com a audiência agendada para a próxima quarta-feira e pelo fato de o juiz só atender nas segundas a audiência foi remarcada para agosto, cinco meses depois”, declarou o presidente de Guaçu.

Luiz Bernard ressaltou que esse é um problema institucional. Não está sendo questionada a qualidade do trabalho dos magistrados e sim a demora no atendimento, porque apenas um dia na semana não é possível atender a demanda.

Os processos acabam ficando paralisados, os clientes cobram um resultado e o advogado não tem o que fazer diante da falta de magistrados nas comarcas do interior.

A OAB-ES espera que o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Annibal de Rezende Lima, corrija essa situação, que foi herdada por ele da antiga administração, mas tem que ser resolvida com urgência.

## MAPA DO SITE

### HOME

#### INSTITUCIONAL

Diretoria  
História  
Conselho Seccional  
Conselho Federal  
Comissões  
Ética e Disciplina  
Ouvidoria  
CAA-ES  
Ordem Jurídica

#### CIDADÃO

Contratação de Advogado  
Processo Disciplinar



### SERVIÇOS

Tabela de Serviços da OAB  
Interfóruns  
Escritório Coletivo  
Certificado Digital  
Recorte Digital  
Anuidade  
Geração de Boletos  
Simulador Tributário

### SUBSEÇÕES

#### CEAIC

#### EXAME DE ORDEM

#### NOTÍCIAS

#### GALERIA DE FOTOS

#### VÍDEOS

### ESA

Cursos Presenciais  
Cursos Telepresenciais  
Cursos Realizados  
Vídeos Jurídicos Gratuitos  
Diretoria  
Sobre  
Parcerias

### TRANSPARÊNCIA

Prestação de Contas  
Atas do Conselho

### NORMAS

Estatuto da OAB  
Regulamento Geral  
Código de Ética e Disciplina

### FALE CONOSCO

## REDES SOCIAIS

Facebook  
Flickr  
Twitter  
Vimeo  
Instagram

## ENDEREÇO

Rua Alberto de Oliveira Santos, 59  
Ed. Ricamar 3º e 4º Andares  
Centro - Vitória - ES - 29010-908

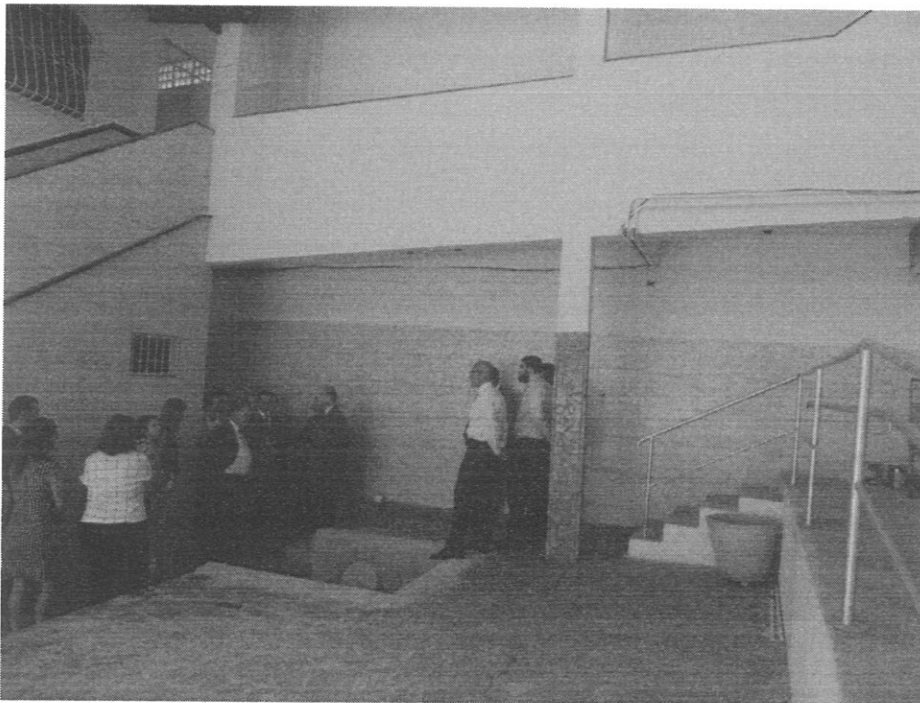
## TELEFONE

(27) 3232-5600

## NOTÍCIAS

# Presidente da OAB-ES vai requerer interdição do Fórum de Areinha, em Viana

03 de Fevereiro de 2016 • 20h33 3



O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Espírito Santo (OAB-ES), Homero Junger Mafra, declarou nesta quarta-feira (03) que vai requerer ao Tribunal de Justiça do Estado, com base em orientações do Conselho Nacional de Justiça, a interdição do Fórum de Areinha, em Viana, que começou a funcionar no final de janeiro. “É triste ver um órgão do Poder Judiciário instalado em local sem a menor condição para albergar qualquer serviço público”, afirmou Homero Mafra, após visitar o prédio do Fórum. A diretoria da 11ª Subseção de Cariacica também esteve no local.

“É inaceitável que a população, a advocacia, os juízes e o Ministério Público sejam condenados a trabalhar em um local que não possui condições mínimas para que alguém exerça suas funções”, ressaltou.



## Últimas Notícias

OAB-ES apresenta pleitos da advocacia durante abertura da inspeção do CNJ no TJES

20/02/2017 - 13h59

OAB-ES repudia ameaças a secretário de Segurança

20/02/2017 - 09h49

OAB-ES investiga captação irregular de clientes durante paralisação da PM

17/02/2017 - 18h51

Rodrigo Júdice toma posse como juiz eleitoral

17/02/2017 - 18h06

ESA/OAB-ES e Comissão de Processo Civil organizam seminário de um ano do novo CPC

17/02/2017 - 17h06

[Ver mais notícias!](#)

O presidente da OAB-ES foi convidado pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Annibal de Rezende Lima, para que juntos pudessem conhecer o prédio sobre o qual pesavam várias reclamações. O imóvel passou a abrigar um Juizado Especial Cível, Juizado Especial Criminal e a 1ª Vara Cível, Fazenda Pública Estadual, Municipal, Registros Públicos e Meio Ambiente, que antes funcionavam no Fórum de Cariacica.



“Esse Fórum é uma agressão à cidadania porque portadores de deficiência não chegam ao segundo andar. O prédio não tem requisitos mínimos de acessibilidade. É evidente que o desembargador Annibal recebeu esse problema, que não foi criado pela atual gestão do Tribunal, mas esse é o desafio que está posto ao desembargador”, ressaltou Homero Mafra.

O presidente da Ordem disse ainda que “Esse Fórum é a negação de tudo, a negação do respeito que o Poder Judiciário deve a si mesmo, porque é impossível trabalhar em um ambiente como esse. Nós não precisamos de prédios suntuosos, mas precisamos de prédios com condições mínimas de trabalho.”



Segundo o presidente da 11ª Subseção de Cariacica, Aloísio Lira, desde o início no anúncio da mudança a OAB-ES foi contra. “Este é um prédio vertical, quando o mais correto seria usar um prédio horizontal ou, pelo menos, com garantia de acesso como rampa ou elevador. Além disso, os advogados têm que ficar ao lado da saída de ar quente do aparelho de ar condicionado, instalado no cartório, enfrentando um calor insuportável”, afirmou Aloísio Lira.

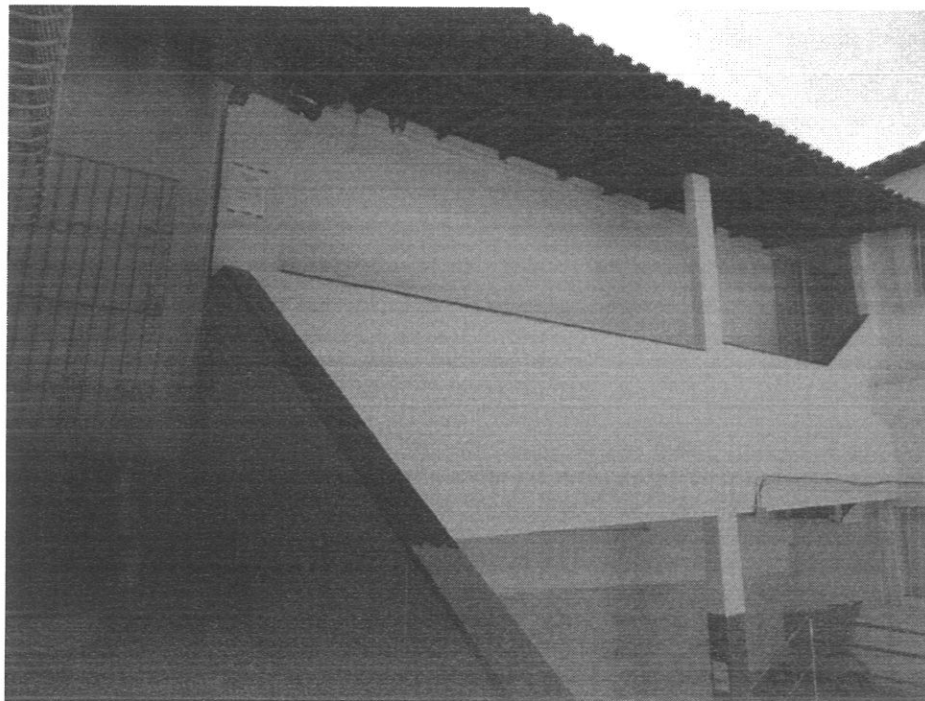
“As salas não possuem estrutura, não têm espaço e a fiação elétrica não suporta os equipamentos. Na verdade, o que vimos aqui é uma obra inacabada e que não foi bem adaptada para abrigar o judiciário”, salientou.

## NOTÍCIAS

# Anexo do Fórum de Viana deixará Areinha em cinco meses

03 de Maio de 2016 • 18h12

Tags: viana, OAB-ES, Justiça, Areinha, advogados



Unidade Judiciária tem problemas de acessibilidade. Foto: Divulgação.

**Atualizada às 14h32 de 04/05**

Após solicitação da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Espírito Santo (OAB-ES), o Anexo do Fórum de Viana que fica localizado em Areinha irá para um novo local no prazo de cinco meses. A mudança é uma demanda da Ordem diante da falta de estrutura do prédio para atender servidores, advogados, magistrados e sociedade.

Nessa segunda-feira (02), Homero Mafra recebeu a notícia do presidente do tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), Annibal de Rezende Lima, de que o Anexo do Fórum irá para uma nova localidade ainda a ser definida. De acordo com a prefeitura de Viana, o anexo do Fórum funcionará na Casa do Cidadão de Areinha, no prazo de até cinco meses.

Atualmente estão abrigados em Areinhas o Juizado Especial Cível, o Juizado Especial Criminal e a 1ª Vara Cível, além da Fazenda Pública Estadual, Municipal, Registros Públicos e Meio Ambiente, que antes funcionavam no Fórum de Cariacica. O principal problema do prédio é em relação à acessibilidade.

## Últimas Notícias

OAB-ES apresenta pleitos da advocacia durante abertura da inspeção do CNJ no TJES  
20/02/2017 - 13h59

OAB-ES repudia ameaças a secretário de Segurança  
20/02/2017 - 09h49

OAB-ES investiga captação irregular de clientes durante paralisação da PM  
17/02/2017 - 18h51

Rodrigo Júdice toma posse como juiz eleitoral  
17/02/2017 - 18h06

ESA/OAB-ES e Comissão de Processo Civil organizam seminário de um ano do novo CPC  
17/02/2017 - 17h06

[Ver mais notícias!](#)



Escadas dificultam acesso. Foto: Divulgação.

Em fevereiro deste ano, a Ordem visitou o local a convite do presidente do TJES, Annibal de Rezende Lima. Na ocasião, o presidente seccional da OAB-ES constatou o seguinte: "Esse Anexo do Fórum é uma agressão à cidadania porque portadores de deficiência não chegam ao segundo andar. O prédio não tem requisitos mínimos de acessibilidade. É evidente que o desembargador Annibal recebeu esse problema, que não foi criado pela atual gestão do Tribunal, mas esse é o desafio que está posto ao desembargador", ressaltou.

Presidente da 11ª Subseção de Cariacica, Aloísio Lira agradeceu a receptividade da presidência do TJES para tratar o tema e destacou a urgência da mudança. "Temos que agradecer a todos os envolvidos, mas é necessário que se mude o quanto antes. São muitos problemas de acessibilidade, sobretudo para cadeirantes e idosos. Os juizados ficam no segundo pavimento com uma escada íngreme para subir, o ideal é encontrar um imóvel horizontal", frisou.

A conselheira da Subseção de Cariacica, Kelly Andrade, também demonstrou alívio com a mudança do Anexo de local. "É uma vitória da população. Areinha é inseguro e de difícil acesso até para a população de Viana. A estrutura das Varas que estão lá instaladas está muito comprometida e a acessibilidade não existe. Agradeço a atuação do presidente Homero e também a preocupação do desembargador Annibal de Rezende que foi pessoalmente ao local e viu as dificuldades", destacou.

## MAPA DO SITE

### HOME

#### INSTITUCIONAL

Diretoria  
História  
Conselho Seccional  
Conselho Federal  
Comissões  
Ética e Disciplina  
Ouvidoria  
CAA-ES  
Ordem Jurídica

#### CIDADÃO

Contratação de Advogado

### SERVIÇOS

Tabela de Serviços da OAB  
Interfóruns  
Escritório Coletivo  
Certificado Digital  
Recorte Digital  
Anuidade  
Geração de Boletos  
Simulador Tributário

#### SUBSEÇÕES

#### CEAIC

#### EXAME DE ORDEM

### ESA

Cursos Presenciais  
Cursos Telepresenciais  
Cursos Realizados  
Videos Jurídicos Gratuitos  
Diretoria  
Sobre  
Parcerias

#### TRANSPARÊNCIA

Prestação de Contas  
Atas do Conselho

#### NORMAS

Estatuto da OAB

### REDES SOCIAIS

Facebook  
Flickr  
Twitter  
Vimeo  
Instagram

### ENDEREÇO

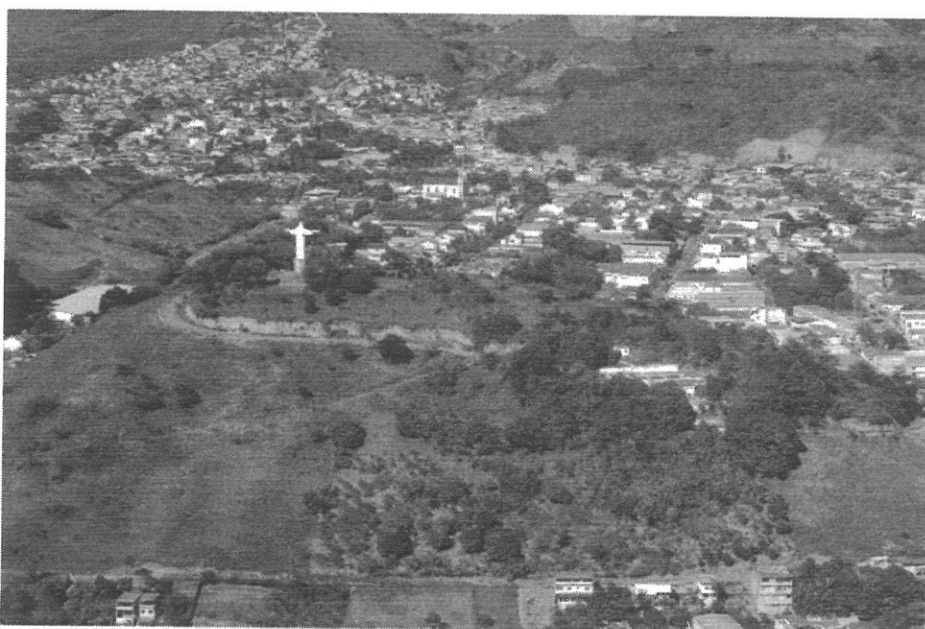
Rua Alberto de Oliveira Santos, 59  
Ed. Ricamar 3º e 4º Andares  
Centro - Vitória - ES - 29010-908

## NOTÍCIAS

# Subseção de Guaçuí sofre com acúmulo de processos em tramitação na Justiça

07 de Julho de 2016 • 16h30 56

Tags: OAB-ES, guaçuí



Subseção de Guaçuí alega acúmulo de processos. Foto: Divulgação.

A subseção de Guaçuí da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Espírito Santo (OAB-ES), pede socorro diante da grande quantidade de processos em tramitação na região. De acordo com seu presidente, Luiz Bernard Sardenberg Moulin, a Vara Cível é a mais problemática. São cerca de sete mil em tramitação.

Em grande parte, o acúmulo de ações se dá diante da falta de um juiz efetivo nessa área. Na Vara Cível, onde está a maioria dos processos, o atendimento do magistrado acontece apenas uma vez por semana, já que ele responde também por Cachoeiro de Itapemirim. Para acabar com o problema, Moulin informou que enviou um ofício ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) e outro ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

“Tivemos a resposta do conselheiro Luiz Cláudio Allemand. Ele mostrou preocupação e entendeu que a situação é grave. Depois, em contato com a assessoria da presidência do TJES recebemos a promessa de uma possível efetivação da juíza que está na Vara Criminal da Comarca para atuar também na Cível. Isso já ameniza muito o problema”, contou Moulin.

Na subseção de Guaçuí estão abarcados os municípios de Dores do Rio Preto, Apiacá, Bom Jesus do Norte, Divino São Lourenço e São José do Calçado. Enquanto a solução

## Últimas Notícias

OAB-ES apresenta pleitos da advocacia durante abertura da inspeção do CNJ no TJES  
20/02/2017 - 13h59

OAB-ES repudia ameaças a secretário de Segurança  
20/02/2017 - 09h49

OAB-ES investiga captação irregular de clientes durante paralisação da PM  
17/02/2017 - 18h51

Rodrigo Júdice toma posse como juiz eleitoral  
17/02/2017 - 18h06

ESA/OAB-ES e Comissão de Processo Civil organizam seminário de um ano do novo CPC  
17/02/2017 - 17h06

[Ver mais notícias!](#)

não aparece, os advogados da subseção reforçam a caótica situação por qual estão passando, uma vez que audiências estão sendo marcadas para abril de 2017.

“O juiz da Vara Cível é substituto, trabalha apenas um dia por semana. Ele chega às 13 horas e sai às 18h. Temos advogado com liminar aguardando despacho desde abril com processos de INSS, pessoas que perderam o benefício e precisam de uma liminar, de reestabelecer rendimento, enfim. A advocacia de Guaçuí agoniza. Está cada vez mais difícil. Temos uma das comarcas mais problemáticas de acordo com relatos de presidentes de subseções”, desabafou Moulin.

Por meio de nota, o TJES informou que o quadro de magistrados do Poder Judiciário Estadual ainda não possui número suficiente de juizes para suprir todas as Comarcas do Estado. A administração do TJES relatou que o quadro atual foi encontrado em janeiro deste ano, quando a nova diretoria tomou posse. O órgão reforçou que vem tentando minorar o déficit de juizes, contudo, não existe previsão de concurso de magistrado, uma vez que o Judiciário Estadual extrapolou o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

## MAPA DO SITE

### HOME

#### INSTITUCIONAL

Diretoria  
História  
Conselho Seccional  
Conselho Federal  
Comissões  
Ética e Disciplina  
Ouvidoria  
CAA-ES  
Ordem Jurídica

#### CIDADÃO

Contratação de Advogado  
Processo Disciplinar



### SERVIÇOS

Tabela de Serviços da OAB  
Interfóruns  
Escritório Coletivo  
Certificado Digital  
Recorte Digital  
Anuidade  
Geração de Boletos  
Simulador Tributário

### SUBSEÇÕES

#### CEAIC

#### EXAME DE ORDEM

#### NOTÍCIAS

#### GALERIA DE FOTOS

#### VÍDEOS

### ESA

Cursos Presenciais  
Cursos Telepresenciais  
Cursos Realizados  
Vídeos Jurídicos Gratuitos  
Diretoria  
Sobre  
Parcerias

### TRANSPARÊNCIA

Prestação de Contas  
Atas do Conselho

### NORMAS

Estatuto da OAB  
Regulamento Geral  
Código de Ética e Disciplina

### FALE CONOSCO

### REDES SOCIAIS

Facebook  
Flickr  
Twitter  
Vimeo  
Instagram

### ENDEREÇO

Rua Alberto de Oliveira Santos, 59  
Ed. Ricamar 3º e 4º Andares  
Centro - Vitória - ES - 29010-908

### TELEFONE

(27) 3232-5600

## NOTÍCIAS

# Advocacia de Guaçuí enfrenta falta de magistrados e servidores

14 de Julho de 2016 • 16h14 145



Comarca de Guaçuí depende de juiz substituto. Foto: Reprodução.

A tramitação processual na Comarca de Guaçuí, região do Caparaó, segue sem perspectivas de melhoras. De acordo com relatos dos advogados da região, com as férias do assessor do juiz substituto que atende a cidade, a tendência é de mais lentidão para o julgamento dos processos. Ao todo, cerca de sete mil processos estão em tramitação na Vara Cível do município.

Como não há juiz titular na Vara Cível de Guaçuí, o atendimento ocorre apenas uma vez por semana, às quartas-feiras. Contudo, com as férias do assessor, o magistrado passará a atuar com o auxílio de dois estagiários. A subseção de Guaçuí da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Espírito Santo (OAB-ES) demonstra muita preocupação com o fato que prejudicará ainda mais o trabalho dos causídicos locais.

Para o presidente da OAB-ES, Homero Mafra, a situação da advocacia de Guaçuí e região chegou ao fundo do poço. “E ainda reclamam quando falamos que quem sustenta o Judiciário são os estagiários”, declarou.

### **Veja também: Subseção de Guaçuí sofre com acúmulo de processos em tramitação na Justiça**

Presidente da 6ª Subseção de Guaçuí, Luiz Bernad Sardenberg Moulin disse que já entrou em contato com a ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para relatar

## Últimas Notícias

OAB-ES apresenta pleitos da advocacia durante abertura da inspeção do CNJ no TJES

20/02/2017 - 13h59

OAB-ES repudia ameaças a secretário de Segurança

20/02/2017 - 09h49

OAB-ES investiga captação irregular de clientes durante paralisação da PM

17/02/2017 - 18h51

Rodrigo Júdice toma posse como juiz eleitoral

17/02/2017 - 18h06

ESA/OAB-ES e Comissão de Processo Civil organizam seminário de um ano do novo CPC

17/02/2017 - 17h06

[Ver mais notícias!](#)

os problemas da Comarca. Ele também já fez contato com a assessoria da presidência do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) e solicitou melhorias para a região. Mas ainda não foi atendido.

“O grave problema é que o juiz é titular de Cachoeiro de Itapemirim. Ele vem trabalhar uma vez por semana a tarde. Quando ele não está o assessor atende os advogados e despacha os processos. Claro que ele tem direito a férias. Todos precisam tirar. Ocorre que, uma vez sem ele, ficaram duas estagiárias. Elas não estão preparadas para suportar o peso desse trabalho e não é justo que lhes seja passado esse fardo”, analisou o presidente da Subseção.

Luiz Bernad questiona se os advogados terão que despachar com os estagiários ou terão que ir até Cachoeiro (cerca de 100 quilômetros de distância), para dar andamento aos processos? “Os advogados estão preocupados com os andamentos. Só na primeira vara são cerca de sete mil processos. Temos que despachar entre uma audiência e outra no dia que o juiz esta aqui”, desabafou.

Na subseção de Guaçuí estão abarcados os municípios de Dores do Rio Preto, Apiacá, Bom Jesus do Norte, Divino São Lourenço e São José do Calçado.

## MAPA DO SITE

### HOME

#### INSTITUCIONAL

Diretoria  
História  
Conselho Seccional  
Conselho Federal  
Comissões  
Ética e Disciplina  
Ouvidoria  
CAA-ES  
Ordem Jurídica

#### CIDADÃO

Contratação de Advogado  
Processo Disciplinar

### SERVIÇOS

Tabela de Serviços da OAB  
Interfóruns  
Escritório Coletivo  
Certificado Digital  
Recorte Digital  
Anuidade  
Geração de Boletos  
Simulador Tributário

### SUBSEÇÕES

#### CEAIC

#### EXAME DE ORDEM

#### NOTÍCIAS

#### GALERIA DE FOTOS

#### VÍDEOS

### ESA

Cursos Presenciais  
Cursos Telepresenciais  
Cursos Realizados  
Videos Jurídicos Gratuitos  
Diretoria  
Sobre  
Parcerias

### TRANSPARÊNCIA

Prestação de Contas  
Atas do Conselho

### NORMAS

Estatuto da OAB  
Regulamento Geral  
Código de Ética e Disciplina

### FALE CONOSCO

### REDES SOCIAIS

Facebook  
Flickr  
Twitter  
Vimeo  
Instagram

### ENDEREÇO

Rua Alberto de Oliveira Santos, 59  
Ed. Ricamar 3º e 4º Andares  
Centro - Vitória - ES - 29010-908

### TELEFONE

(27) 3232-5600



## NOTÍCIAS

# OAB-ES protesta com bolo de aniversário contra falta de juiz na Subseção de Guaçuí

01 de Dezembro de 2016 • 20h38 | 635 | 4



Bolo foi servido em frente ao Fórum de Guaçuí. Foto: Divulgação.

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Espírito Santo (OAB-ES), em parceria com a Subseção de Guaçuí, realizou nesta quinta-feira (01) um protesto em frente ao fórum da cidade contra a ausência de magistrado titular na Comarca e nas outras cinco cidades abrangidas; Dorés do Rio Preto, São José do Calçado, Bom Jesus do Norte, Apicá e Divino São Lourenço.

Para marcar o período de um ano sem juiz em Guaçuí, um bolo foi levado para o Fórum e servido aos presentes. A Seccional foi representada por seu presidente, Homero Mafra, e pela secretária-geral adjunta, Erica Neves.

Para Homero Mafra, o ato realizado em Guaçuí é a favor da cidadania de Guaçuí e do Caparaó. “Não é um ato contra os juízes. Não acredito que alguém se sinta a vontade sendo juiz uma vez por semana na Comarca. Aquele é juiz uma vez por semana na Comarca não juiz naquele lugar. Estamos realizando um ato contra o abandono nas Comarcas do Caparaó”, disse o presidente da Ordem.

O apelo de Homero Mafra é para que o Tribunal de Justiça tenha sensibilidade que o grande problema do Judiciário está no primeiro grau. “É necessário ter consciência que os cortes de gestão não podem ser feitos apenas no primeiro grau. Se gastaram mal e ultrapassaram a LRF, e é preciso que se diga que essa conta não é do desembargador

## Últimas Notícias

OAB-ES apresenta pleitos da advocacia durante abertura da inspeção do CNJ no TJES

20/02/2017 - 13h59

OAB-ES repudia ameaças a secretário de Segurança

20/02/2017 - 09h49

OAB-ES investiga captação irregular de clientes durante paralisação da PM

17/02/2017 - 18h51

Rodrigo Júdice toma posse como juiz eleitoral

17/02/2017 - 18h06

ESA/OAB-ES e Comissão de Processo Civil organizam seminário de um ano do novo CPC

17/02/2017 - 17h06

[Ver mais notícias!](#)

Annibal, mas se o TJES geriu mal os recursos os cortes não podem continuar dessa forma”, declarou.

Presidente da Subseção de Guaçuí, Luiz Bernard Sardenberg Moulin pontuou que o bolo servido no ato tem até um gosto doce, mas o simbolismo da situação é amargo. “São cinco Comarcas. Seis municípios. Nenhuma delas tem juiz titular. Temos Justiça para atender a população uma vez por semana. Entendemos que os substitutos não têm culpa, mas precisamos de mais. Precisamos de juiz presente na Comarca”, frisou.

Luiz Sardenberg Moulin destacou que o ato teve como objetivo fazer barulho. “Como disse nosso presidente Lamachia, se a Justiça está ausente a OAB não está. Não vamos nos curvar. Temos ferramentas para melhorar a prestação jurisdicional aqui, basta o Tribunal nos ouvir”, destacou.

Advogado mais antigo e ex-prefeito da cidade, Luiz Moulin destacou que a luta da advocacia é também uma luta pela democracia. “A situação do Fórum já passou dos limites. Lutei contra a ditadura e vi o Direito ser sufocado. Não podemos nos sujeitar a isso”, disse. São quase oito mil processos em tramitação em Guaçuí.

## MAPA DO SITE

### HOME

#### INSTITUCIONAL

Diretoria  
História  
Conselho Seccional  
Conselho Federal  
Comissões  
Ética e Disciplina  
Ouvidoria  
CAA-ES  
Ordem Jurídica

#### CIDADÃO

Contratação de Advogado  
Processo Disciplinar

### SERVIÇOS

Tabela de Serviços da OAB  
Interfóruns  
Escritório Coletivo  
Certificado Digital  
Recorte Digital

Anuidade  
Geração de Boletos  
Simulador Tributário

### SUBSEÇÕES

#### CEAIC

#### EXAME DE ORDEM

#### NOTÍCIAS

#### GALERIA DE FOTOS

#### VÍDEOS

### ESA

Cursos Presenciais  
Cursos Telepresenciais  
Cursos Realizados  
Vídeos Jurídicos Gratuitos  
Diretoria

Sobre  
Parcerias

### TRANSPARÊNCIA

Prestação de Contas  
Atas do Conselho

### NORMAS

Estatuto da OAB  
Regulamento Geral  
Código de Ética e Disciplina

### FALE CONOSCO

### REDES SOCIAIS

Facebook  
Flickr  
Twitter  
Vimeo  
Instagram

### ENDEREÇO

Rua Alberto de Oliveira Santos, 59  
Ed. Ricamar 3º e 4º Andares  
Centro - Vitória - ES - 29010-908

### TELEFONE

(27) 3232-5600



## NOTÍCIAS

# Falta de assessores nas Turmas Recursais do Norte preocupa advocacia

05 de Agosto de 2016 • 15h44 154 4

Tags: turma recursal, OAB-ES, norte, advocacia



Encontro dos advogados do Norte com Diretoria da OAB-ES. Foto: Divulgação.

Com aproximadamente sete mil processos em tramitação, a estrutura das Turmas Recursais do Norte do Estado preocupa a advocacia. Desde o último dia 15 de julho o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) exonerou os assessores desses colegiados. A intenção da Corte é os substituir por estagiários de pós-graduação. Contudo, as nomeações ainda não foram feitas e os advogados sofrem com os processos sem solução.

Nessa quarta-feira (04), um grupo de advogados do Norte se reuniu com a diretoria e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Espírito Santo (OAB-ES), Homero Mafra. O objetivo da reunião foi relatar os problemas da advocacia com a falta de servidores nas Turmas Recursais. Após a reunião na OAB-ES, o presidente do TJES, desembargador Annibal de Rezende Lima, recebeu os advogados.

A Ordem reiterou o pedido para nomeação dos estagiários de pós-graduação, contudo, o TJES disse que o processo ainda está em andamento e não existe uma data para que os trabalhos sejam iniciados. A informação da OAB-ES é de que o Colégio Recursal do Norte sempre teve uma grande produtividade e com a retirada dos assessores isso foi afetado.

## Últimas Notícias

OAB-ES apresenta pleitos da advocacia durante abertura da inspeção do CNJ no TJES

20/02/2017 - 13h59

OAB-ES repudia ameaças a secretário de Segurança

20/02/2017 - 09h49

OAB-ES investiga captação irregular de clientes durante paralisação da PM

17/02/2017 - 18h51

Rodrigo Júdice toma posse como juiz eleitoral

17/02/2017 - 18h06

ESA/OAB-ES e Comissão de Processo Civil organizam seminário de um ano do novo CPC

17/02/2017 - 17h06

[Ver mais notícias!](#)

"Réconheço a dificuldade do TJES com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), mas a questão do primeiro grau é grave e exige cuidado", disse Homero Mafra.

O presidente destacou ainda a preocupação com a realização de mutirões. "Essas ações tiram a função do juiz natural. É preciso valorizar a Justiça de primeiro grau. Segundo os advogados que nos procuraram, não há razão para que se faça mutirão no Colégio Recursal do Norte. Existem questões jurisdicionais que devem ser examinadas pelos meios recursais próprios. A violação do princípio do juiz natural não deve nunca ocorrer", Enfatizou o presidente.

Com atuação em Colatina, o advogado Jair de Souza Lopes Neto destacou que a atuação da Ordem é de vital importância para garantir o cumprimento da Lei nº 9.099/95, que versa sobre a celeridade nos juizados especiais.

"Na verdade toda sociedade está afetada, uma vez que são muitas demandas sem solução. Estamos falando dos direitos das pessoas. Os processos estão com lentidão", reforçou o advogado.

As Turmas Recursais são responsáveis por julgar os recursos das decisões proferidas nos juizados especiais. O grande número de ações em tramitação no Norte é resultado do desastre ambiental causado pela Samarco e, principalmente, de processos contra empresas de telefonia e financeiras.



Advogados estão preocupados com falta de assessores. Foto: Divulgação.

## MAPA DO SITE

### SERVIÇOS

Tabela de Serviços da OAB  
Interfóruns  
Escritório Coletivo  
Certificado Digital  
Recorte Digital  
Anuidade  
Geração de Boletos  
Simulador Tributário

### SUBSEÇÕES

CEAIC

### ESA

Cursos Presenciais  
Cursos Telepresenciais  
Cursos Realizados  
Vídeos Jurídicos Gratuitos  
Diretoria  
Sobre  
Parcerias

### TRANSPARÊNCIA

Prestação de Contas  
Atas do Conselho

### REDES SOCIAIS

Facebook  
Flickr  
Twitter  
Vimeo  
Instagram

### ENDEREÇO

Rua Alberto de Oliveira Santos, 59  
Ed. Ricamar 3º e 4º Andares